UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANO CARLOS KUSEK

**DA IRRETROATIVIDADE DA LEI FLORESTAL 12.651/2012 NOS CASOS DE
REVISÃO JUDICIAL DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
FIRMADOS NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO FLORESTAL DE 1965**

CURITIBA

2019

CRISTIANO CARLOS KUSEK

**DA IRRETROATIVIDADE DA LEI FLORESTAL 12.651/2012 NOS CASOS DE
REVISÃO JUDICIAL DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
FIRMADOS NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO FLORESTAL DE 1965**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso Especialização em Direito Ambiental pelo Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias - PECCA, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Edson Luiz Peters
Coorientadoras: Dra. Ana Maria Jara Botton Faria
e Dra. Samantha Teixeira Madalena

CURITIBA

2019

**Da Irretroatividade da Lei Florestal 12.651/2012 nos Casos de Revisão Judicial
dos Termos de Ajustamento de Conduta Firmados na Vigência do
Código Florestal de 1965**

Cristiano Carlos Kusek

RESUMO

O presente trabalho tem como desiderato demonstrar a irretroatividade da Lei Florestal 12.651/2012 nos casos de revisão judicial dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados na vigência do Código Florestal de 1965 quanto à adequação da Reserva Florestal Legal e da Área de Preservação Permanente de propriedades rurais, em contraste com a possibilidade de revisão prevista no artigo 12 do Decreto 8.235/2014 e com o atual posicionamento favorável do Tribunal de Justiça de São Paulo. Abordando-se, o conflito intertemporal de normas ambientais, o princípio da vedação do retrocesso ambiental, o ato jurídico perfeito e a possibilidade de ser alcançado por nova lei, bem como o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

Palavras-chave: Revisão de TAC. Retrocesso Ambiental. Ato Jurídico Perfeito. Irretroatividade da Lei 12.651/2012.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the non-retroactivity of Forest Law 12.651 / 2012 in cases of judicial review of Terms of Conduct Adjustment (TAC) signed in the surveillance of the Forest Code of 1965 regarding the adequacy of the Legal Forest Reserve and the Permanent Preservation Area of rural properties, in contrast to the possibility of review provided for in Article 12 of Decree 8,235 / 2014 and the current favorable position of the São Paulo Court of Justice. Approaching, intertemporal conflict of environmental norms, principle of prohibition of environmental retrogression, perfect legal act and possibility of being executed by new law, as well as understanding of the STJ (Supreme Court of Justice) and the Supreme Federal Court (STF) on the theme.

Keywords: TAC review. Environmental setback. Perfect Legal Act. Irretroactivity of Law 12.651 / 2012.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei 12.651/2012, principal norma federal para proteção das florestas, também conhecida como novo “Código Florestal”, que alterou as regras aplicáveis às Áreas de Proteção Permanente (APP) e de Reserva Florestal Legal (RFL) de imóveis rurais, dentre outras, surgiram questionamentos sobre a possibilidade de revisão judicial dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados sob a vigência do Código Florestal de 1965.

Tais questionamentos, a princípio, pareciam que haviam sido pacificados com a edição do Decreto 8.235/2014, que estabeleceu normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, dispondo expressamente, em seu art. 12, que os termos de compromisso ou outros instrumentos similares referentes a APP e RFL firmados na vigência da lei anterior podem ser revistos para se adequarem ao disposto na Lei 12.651/2012.

Contudo, não foi isso que aconteceu, pois, surgiu uma celeuma jurídica quanto a incompatibilidade normativa do art. 12 do Decreto 8.235/2014, que autoriza a revisão dos termos de compromisso ou instrumentos similares, com o artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que trata do ato jurídico perfeito da retroatividade da nova lei e, também com o princípio da vedação do retrocesso ambiental.

Nesse contexto, o presente trabalho aborda sinteticamente a legislação florestal, e traz o conceito de APP e RFL com as principais alterações trazidas pela atual Lei Florestal, a natureza jurídica do Termo de Ajustamento de Conduta, o poder regulamentar do Presidente da República (art. 84, inciso IV da CF/1988) na edição do Decreto 8.235/2014, bem como sobre a aplicabilidade do ato jurídico perfeito (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e do princípio da vedação do retrocesso ambiental; e ainda, o posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO FLORESTAL

A primeira Constituição Federal que tratou sobre florestas, foi a de 1934, ao reconhecer a competência privativa da União para legislar sobre elas, nesse mesmo sentido foram as demais até a de 1988, com inovação na matéria (SILVA, 2019).

Por esta razão, a CF/1988 foi denominada Constituição “Verde”, pois atribuiu proteção ao meio ambiente ao consagrar no seu art. 225, § 1º, VII, ao Poder Público a incumbência de proteger a fauna e flora, estando sob a proteção constitucional as florestas, as matas ciliares, os cerrados, o manguezal e quaisquer formas de vegetação.

No ano de 1934, também foi instituído o primeiro Código Florestal do Brasil pelo Decreto n. 23.793/1934, substituído em 1965 por um novo Código Florestal, que, após inúmeras modificações foi revogado pela Lei 12.651/2012.

Assim, no primeiro Código, as florestas foram tratadas com bens de interesse nacional, não podendo o proprietário de terras cobertas de matas abater mais de três quartas partes da vegetação existente, surgindo então a Reserva Florestal Legal (PETERS; PANASOLO, 2014).

Todavia, o Código Florestal de 1934 não fez menção às Áreas de Preservação Permanente, mas tão somente às florestas protetoras.

É importante destacar que, em seu período de vigência, o Código Florestal de 1934 não foi totalmente cumprido, compelindo o governo militar a editar outro mais avançado, almejando a proteção das florestas e demais formas de vegetação, a instituição do novo Código Florestal de 1965, e a edição da Lei 4.771/1965, que também foi ignorado por muito tempo (SIRVINSKAS, 2019).

Posteriormente, as Medidas Provisórias 1.511/1996 e 2.166/2001 foram editadas e alteraram o Código de 1965, deixando-o mais rígido em relação às áreas de preservação permanente e as reservas florestais.

Esclarece Silva (2016) que, o Código de 1965 instituiu uma série de avanços, dentre eles, a possibilidade de instituição de áreas ambientais a serem protegidas, como as Áreas de Preservação Permanente e as Áreas de Reserva Legal.

Contudo, os espaços territoriais especialmente protegidos, como as Áreas de Preservação Permanente e as Reservas Florestais legais foram objeto de sensíveis modificações com o advento da Lei 12.651/2012.

Desse modo, atualmente, a Lei 12.651/2012 é a principal norma federal para proteção da vegetação nativa. No entanto, foi a Constituição Federal de 1988 que mais se dedicou à proteção da flora brasileira, neste sentido, Fiorillo e Ferreira (2018) asseveram ser o verdadeiro Código Florestal em nosso Estado Democrático de Direito, os fundamentos constitucionais do direito ambiental e devem ser aplicados

com a Lei 12.651/2012, associada às demais disposições normativas que tutelam os bens ambientais.

2.1 BREVE CONCEITO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), RESERVA FLORESTAL LEGAL (RFL) E AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI 12.651/2012

Com as alterações trazidas pela Lei 12.727/2012, foi mantido em seu artigo 3º, inciso II, em linhas gerais, o conceito das Áreas de Preservação Permanente, com a ampliação do rol daquelas áreas protegidas pelo simples efeito da Lei, mantendo a possibilidade da declaração de outras pelo Poder Público (AVZARADEL, 2019).

Segundo Milaré (2018) o conceito de APP introduzido pela MP 2.166-67/2001 na revogada Lei 4.771/1965 foi recepcionado pela Lei 12.651/2012, em seu art. 3º, II, entendendo-a como: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Já o conceito de Reserva Florestal Legal (RFL) está previsto no art. 3º, III, da Lei 12.651/2012, contudo, Peters, Pires e Heimann (2015) conceituam RFL como sendo uma parte percentual de cada imóvel rural para que permaneça com a cobertura vegetal nativa, para servir de reserva de mata, imposto pela legislação.

Para Antunes (2019) a Reserva Florestal Legal é um elemento importante da propriedade florestal, constituído por uma área, cujo percentual da propriedade total é definido em lei, variando conforme as peculiares condições ecológicas, em cada uma das regiões geopolíticas do país.

Todavia, o termo “Reserva Legal” previsto na legislação vigente, por se tratar de instituto de Direito que rege matéria florestal, pode ser considerado inadequado, já que pode ser confundido com o princípio da “reserva legal”, garantia constitucional dos direitos do homem e integrante do rol das liberdades públicas clássicas, sendo sugerido pela doutrina a nomenclatura “Reserva Florestal Legal” (MILARÉ, 2018).

Desse modo, de acordo com o art. 3º, III, da Lei 12.651/2012, a RFL é área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos

processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

É certo que, a Lei Florestal 12.651/2012 trouxe várias alterações nas regras de uso quanto às APPs e de RFL, sendo perceptível na visão de Sette (2018) uma possível fragilização dos níveis de proteção dessas áreas, através de uma análise comparativa com o Código Florestal de 1965.

Dentre as principais mudanças que afetam às Áreas de Preservação Permanente, a Lei 12.651/2012 consagrou o conceito de área consolidada (rural e urbana), adotando novo parâmetro para contagem das faixas marginais (matas ciliares) dos cursos d'água e a sua preservação, flexibilizou a exigência de demarcação da mata ciliar de acordo com o tamanho do imóvel para o caso do uso consolidado, permitiu o cômputo da APP para efeito do cálculo da RFL para todo e qualquer imóvel, deu tratamento privilegiado para as pequenas propriedade rurais (com até 4 módulos fiscais) em relação à RFL e a APPs, dispensando a exigibilidade da RFL em algumas hipóteses (utilidade pública) e a averbação da RFL nos Cartórios de Registro de Imóveis a partir da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), dentre outras alterações (PETERS; PANASOLO; 2014).

Em razão dessas alterações, surgiram questionamentos sobre a possibilidade de revisão judicial dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados sob a vigência do Código Florestal de 1965 (Lei 4.771/1965), principalmente, após a edição do Decreto 8.235/2014 e dos julgados das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que permitiram sua revisão com a retroatividade das disposições da Lei 12.651/2012.

3 NATUREZA JURÍDICA DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) tem sua previsão legal no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, que trata da Ação Civil Pública e no artigo 113 da Lei 8.078/90 (CDC) e estabelece quais são as pessoas jurídicas de direito público que podem realizar TAC. Além do Ministério Público, podem realizar o termo de ajustamento, os órgãos públicos legitimados (União, Estados e Municípios), não podendo celebrá-lo as associações civis, sociedades de economia mista, fundações ou empresas públicas (SIRVINSKAS, 2019).

Segundo ensinamento de Rodrigues (2016), o compromisso de ajustamento de conduta é um instrumento celebrado entre os órgãos públicos legitimados e as pessoas físicas ou jurídicas como o objetivo de reparar o dano, adequar a conduta às exigências legais ou normativas e, ainda, compensar e/ou indenizar pelos danos que não possam ser recuperados, com a previsão de cominações, tendo o TAC a eficácia de título executivo extrajudicial.

Por outro lado, o Ministério Público não pode fazer concessões diante de interesses sociais e individuais indisponíveis, dispor ou renunciar às obrigações legais, incumbindo-lhe: “*a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*” nos termos do art. 127, caput, da CF/1988 (BRASIL, 1988).

Por consequência, no termo de compromisso não há lugar para a transação, porque o seu objeto é absolutamente restritivo, dando caráter de impositividade ao órgão público legitimado, já que se trata de proteção de direitos indisponíveis.

No entanto, a doutrina mais atenta ainda não chegou a um consenso a respeito da natureza jurídica do instituto, enxergando-o basicamente como transação, contrato, ato jurídico em sentido estrito ou negócio jurídico (MILARÉ, 2018).

Antunes (2019) explica que a doutrina da irrenunciabilidade de direitos implica em ser firmado o Termo de Ajustamento de Conduta e uma correspondência à totalidade do dano ambiental, e em tese, objeto de recuperação por força da decisão judicial, caso contrário, parte do suposto “direito” teria sido renunciada.

Portanto, o compromisso de ajustamento de conduta é uma forma de solução do conflito, com o objetivo de reparar o dano e de se evitar a propositura da Ação Civil Pública, celebrado entre os órgãos públicos legitimados e as pessoas físicas ou jurídicas com adequação da conduta às exigências legais ou normativas e, ainda, compensar e/ou indenizar pelos danos que não possam ser recuperados.

4 DO PODER REGULAMENTAR DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA EDIÇÃO DO DECRETO 8.235/2014

O Decreto 8.235/2014 foi editado pela Presidente da República, Dilma Rousseff, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 84, *caput*, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei 12.651/2012, a fim de estabelecer normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do

Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, instituindo o Programa Mais Ambiente Brasil, e dando outras providências (BRASIL, 2014).

Insta destacar que, o art. 12 do referido decreto estabelece que os termos de compromissos ou instrumentos similares para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às APPs e de RFL, firmados sob a vigência da legislação anterior, devem ser revistos para se adequarem ao disposto na Lei nº 12.651, de 2012, desde que haja pedido de revisão pelo proprietário ou possuidor do imóvel rural.

Segundo Carvalho Filho (2016), poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação, não podendo inová-la sob o pretexto de estar regulamentando, pois estará invadindo a competência do Legislativo, e por consequência, cometerá abuso de poder regulamentar.

Já a competência para edição de decretos e regulamentos é do Presidente da República e está prevista no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, sendo atribuída por simetria, aos Chefes do Poder Executivo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, pelas respectivas Constituições e Leis Orgânicas (ALEXANDRINO, 2016).

Contudo, na lição de Carvalho (2016), os atos do poder regulamentar são sempre inferiores à lei e buscam regulamentar determinada situação de caráter geral e abstrato, pois facilitam a execução da lei, minudenciando seus termos.

Portanto, o poder regulamentar não pode contrariar a lei sob pena de sofrer invalidação e o seu exercício somente pode se dar em conformidade com o conteúdo e os limites impostos pela lei.

Não podendo ainda, os atos formalizadores criarem direitos e obrigações, ante a vedação explícita no art. 5º, II, da CF/1988: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (BRASIL, 1988).

Por outro lado, não há qualquer previsão na Lei 12.651/2012 que permita a revisão de termos de compromissos ou instrumentos similares para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.

Desse modo, entende-se que houve inovação do poder regulamentar do Presidente da República na edição do Decreto 8.235/2014 ao criar direitos e obrigações não previstos na Lei 12.651/2012.

5 O ATO JURÍDICO PERFEITO E O ALCANCE DA LEI 12.651/2012

As regras trazidas pela Lei 12.651/2012 concernentes às Áreas de Proteção Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) de imóveis rurais, flexibilizou muitas obrigações que estavam previstas na Lei 4.771/1965. E, por sua vez, o Decreto 8.235/2014, prevê no seu art. 12, a possibilidade de revisão dos termos de compromisso para sua adequação à Lei 12.651/2012, caso o proprietário ou possuidor do imóvel requeira a revisão.

Com isso, surge a colisão entre o art. 12 do referido Decreto e o art. 5º, XXXVI, da CF/1988, ou seja, a violação do ato jurídico perfeito que se encontra diretamente relacionado com os Princípios da Segurança Jurídica, bem com o princípio da proibição de retrocesso ambiental.

Com efeito, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), no seu art. 6º prevê que: “A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada” (BRASIL, 1942).

Por ato jurídico perfeito, entende-se ser aquele já foi concluído em conformidade com as normas vigentes na data da sua constituição, por sua vez, o direito adquirido é uma situação de direito já integrada ao patrimônio jurídico do titular (FÜHRER, 2018).

No ensinamento de Gonçalves (2019, p. 88), o ato jurídico perfeito “é o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou (LICC, art. 6º, § 1º), produzindo seus efeitos jurídicos, uma vez que o direito gerado foi exercido”.

Sob a ótica do Ministro Herman Benjamin, no julgamento do REsp 1.240.122, em temática envolvendo a Lei Florestal Lei 12.651/2012, destaca-se que:

A lei pode, sim, retroagir, desde que não dilapide o patrimônio material, moral ou ecológico, constitucional ou legalmente garantido, dos sujeitos, individuais ou coletivos: essa a fronteira da retroatividade. Consequentemente, mesmo que na hipótese sob apreciação judicial seja admissível, em tese, a retroação (isto é, ausente qualquer antagonismo com o ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada), incumbe ao juiz examinar a) o inequívoco intuito de excluir (**animus excludendi**), total ou parcialmente, o regime jurídico anterior quanto a fatos praticados ou sucedidos na sua vigência, e, até mais fundamental, b) o justo motivo para a exclusão – justa causa exclusionis -, que, no Direito Ambiental, deve estar totalmente conforme à garantia constitucional da manutenção dos processos ecológicos essenciais, acima referida. (STJ – 2ª T. – PET no REsp 1.240.122/PR. – Min. Herman Benjamin – 02.10.2002 *apud* SETTE, 2018, p. 62)

No entanto, especificamente sobre o tema do voto *versus* direito adquirido/retroação, o Ministro entende que a Lei Florestal Lei 12.651/2012 não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito:

O novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, direitos ambientais adquiridos ou a coisa julgada, tampouco para reduzir de tal modo e sem as espécies ameaçadas de extinção, a ponto de transgredir o limite constitucional intocável e intransponível da “incumbência” do Estado de garantir a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais (BENJAMIN, 2012 apud SETTE, 2018, p. 62).

É certo que, um dos corolários do princípio da segurança jurídica é o ato jurídico perfeito, cuja garantia constitucional visa garantir a irretroatividade da lei, no entanto, tal garantia não torna imutável o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. E no mesmo sentido, a coisa julgada é a imutabilidade das decisões judiciais transitadas em julgado, entretanto, a própria legislação brasileira admite a Ação Rescisória, no processo civil, par discussão da coisa julgada. (NUNES JÚNIOR, 2019).

Outrossim, a Constituição Federal de 1988 (art. 5º, XXXVI) e a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, adotaram, com efeito, o princípio da irretroatividade das leis como regra e o da retroatividade como exceção. Acolhendo-se a teoria subjetiva de Gabba, de completo respeito ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (GONÇALVES, 2019).

Segundo Sirvinskas (2019) a regra geral é a irretroatividade da lei nova (*lex non habet oculos retro*), e a retroatividade é a exceção, daí requerendo manifestação expressa do legislador, que deve fundamentar-se em extraordinárias razões de ordem pública, nunca para atender interesses patrimoniais egoísticos dos particulares em prejuízo da coletividade e das futuras gerações.

E, como bem preleciona Gonçalves (2019, p. 86), em regra aplica-se a lei nova aos casos pendentes (*facta pendentia*) e aos futuros (*facta futura*), só podendo ser retroativa, para atingir fatos já consumados, pretéritos (*facta praeterita*), quando não ofender o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada; quando o legislador expressamente mandar aplicá-la a casos pretéritos, mesmo que a palavra “retroatividade” não seja usada.

A norma deve ter, como regra geral, uma abrangência mais ou menos ampla, isto é, uma generalidade e abstração, para situações futuras. E para Venosa (2019) o

efeito retroativo da nova lei se aplica apenas em situações excepcionais, porém, sobretudo no regime democrático, garantidor dos direitos individuais, há hipóteses nas quais as leis atingem fatos pretéritos.

As leis, em regra, são elaboradas para valer para o futuro. No direito brasileiro, a lei não se aplica às situações constituídas anteriormente. É um princípio que busca garantir a certeza, a segurança e a estabilidade do ordenamento jurídico-positivo, entretanto, não se tem dado a ele caráter absoluto, admitindo-se a retroatividade em determinados casos (GONÇALVES, 2019).

Contudo, Tartuce (2019) afirma que a proteção mencionada no art. 5º, XXXVI, da CF/1988 e também no art. 6º da LINDB não é absoluta e, como exemplo dessa relativização, citando do art. 489, § 2º do Código de Processo Civil ao adotar expressamente a ponderação no caso de colisão entre normas, no qual o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, esclarecendo as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

A conceituação de retroatividade para Soares (2015) não se confunde com a verificação das hipóteses nas quais ela se afigura permitida pelo ordenamento jurídico.

Por conseguinte, o objeto do direito intertemporal é regulação das situações pendentes, iniciadas no pretérito e que continuam a gerar efeitos no presente, estando a controvérsia nas consequências futuras, ainda não verificadas, do ato precedente.

6 A PROIBIÇÃO DO RETROCESSO AMBIENTAL

Com a promulgação da CF/1988 vários princípios ambientais consagrados em sede internacional e pela própria legislação infraconstitucional brasileira foram inseridos no texto constitucional expressamente ou implicitamente, seja no art. 225 ou em outros artigos, entre eles o princípio da proibição de retrocesso ambiental (SARLET; FENSTERSEIFER, 2017).

O princípio da vedação do retrocesso ambiental ou da proibição do retrocesso impede que novas leis ou atos venham a desconstituir conquistas ambientais. Após atingir certo *status* ambiental, o princípio veda que se retorne a estágios anteriores, prejudicando e alterando a proteção dos recursos naturais (SIRVINSKAS, 2019).

Na lição de Silva (2016, p. 84) o princípio da vedação do retrocesso ecológico, denominado como efeito *cliquet*, tem como escopo:

Obstar medidas legislativas e executivas que implementem um recuo nos níveis de proteção ambiental vigentes. Trata-se do denominado efeito *cliquet* (termo francês, com acepção de 'não retrocesso'), ou feito catraca, em relação aos institutos e mecanismos de proteção ambiental já consolidados no ordenamento jurídico.

Contudo, a proibição do retrocesso em matéria ambiental vem exatamente no sentido de garantir na evolução do tempo e na edição de novas normas e sua aplicação, a manutenção do piso de garantias constitucionalmente postas ou avanço na proteção do meio ambiente (MILARÉ, 2018).

Benjamin (2012, p. 69) no Colóquio Internacional sobre o Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental, esclareceu que o princípio da proibição de retrocesso não institui camisa de força ao legislador, mas impõe-lhe limites não discricionários à sua atuação, *in verbis*:

Claro, não se trata aqui de pretender conferir caráter absoluto ao princípio da proibição de retrocesso, sendo um exagero admitir tanto a liberdade irrestrita do legislador, como, no âmbito de sua autonomia legislativa, vedar-lhe inteiramente a revisibilidade das leis que elabora e edita. O princípio da proibição de retrocesso não institui camisa de força ao legislador e ao implementador, mas impõe-lhes limites não discricionários à sua atuação.

De outra forma, no julgamento em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 4901, 4902, 4903 e 4937) e da Ação Direta de Constitucionalidade n. 42, em que se discutiu diversos dispositivos da Lei 12.651/2012 (nova Lei Florestal), o STF deixou claro em um dos trechos do acórdão, que o princípio da vedação de retrocesso ambiental não se sobrepõe ao princípio democrático para afastar o desenvolvimento sustentável do país como um todo, veja-se:

19. O princípio da vedação ao retrocesso não se sobrepõe ao princípio democrático no afã de transferir ao Judiciário funções inerentes aos Poderes Legislativo e Executivo, nem justifica afastar arranjos legais mais eficientes para o desenvolvimento sustentável do país como um todo. (STF, ADI 4901, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 28/02/2018, publicado em 13/08/2019) (BRASIL, 2018)

Ainda, no mesmo julgado, o STF entendeu que as políticas públicas ambientais devem conciliar-se com outros valores democraticamente eleitos pelos legisladores, tais como o mercado de trabalho, o desenvolvimento social, etc.:

11. Por outro lado, as políticas públicas ambientais devem conciliar-se com outros valores democraticamente eleitos pelos legisladores como o mercado de trabalho, o desenvolvimento social, o atendimento às necessidades básicas de consumo dos cidadãos etc. Dessa forma, não é adequado desqualificar determinada regra legal como contrária ao comando constitucional de defesa do meio ambiente (art. 225, caput, CRFB), ou mesmo sob o genérico e subjetivo rótulo de “retrocesso ambiental”, ignorando as diversas nuances que permeiam o processo decisório do legislador, democraticamente investido da função de apaziguar interesses conflitantes por meio de regras gerais e objetivas. (STF, ADI 4901, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 28/02/2018, publicado em 13/08/2019) (BRASIL, 2018)

Desse modo, embora o entendimento do STF no caso acima, seja no sentido de que o princípio da vedação de retrocesso ambiental não se sobrepõe ao princípio democrático para afastar o desenvolvimento sustentável do país como um todo, deduz-se que isso não confere liberdade irrestrita ao legislador no âmbito de sua autonomia legislativa.

7 DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SOBRE A POSSIBILIDADE DE REVISÃO DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) E A RETROATIVIDADE DA LEI 12.651/2012

Inicialmente, destaque-se que para o Ministério Público do Estado de São Paulo, os acordos judiciais ou extrajudiciais (TACs), celebrados sob a égide da Lei 4.771/65 (Código Florestal), com o estabelecimento de obrigações que eventualmente possam ser diferentes das condições previstas na legislação atual, devem ser cumpridos em razão do ato jurídico perfeito e do direito adquirido previstos no art. 6º, da LINDB (BRASIL, 1942).

Nesse sentido, foi expedido o Aviso n. 710/2013 por seu Procurador-Geral de Justiça sobre a necessidade de cumprimento de eventuais acordos judiciais ou extrajudiciais (TACs), celebrados sob a égide do Código Florestal de 1965, estabelecendo obrigações que eventualmente possam ser diferentes das condições previstas na Lei 12.651/2012 (SÃO PAULO, 2013).

O referido aviso teve como objetivo, precaver os Promotores de Justiça que, em face do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, nos termos do art. 6º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, os acordos (judiciais ou extrajudiciais), devem ser cumpridos integralmente pelos signatários, na forma como foram celebrados, devendo serem adotadas as providências processuais cabíveis em caso de descumprimento.

Contudo, esse não foi o entendimento das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que permitiram a adequação dos TACs firmados sob a égide da legislação anterior (Lei 4771/65) possibilitando a retroatividade das disposições da Lei 12.651/2012, nesse sentido foi a decisão da 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo, cujo trecho do acórdão de relatoria do Desembargador Paulo Alcides nos autos da apelação cível n. 1000251-70.2017.8.26.0627 é transcrito abaixo.

Este Eg. Tribunal de Justiça, por meio de suas Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente, pacificou o entendimento que reconhece a retroatividade das disposições do Novo Código Florestal (Lei nº12.651/2012) aos Termos de Ajustamento de Conduta firmados sob a égide da legislação anterior (Lei nº 4771/65).

Nessa esteira, o novo estatuto florestal perfaz norma de ordem pública e goza, portanto, de aplicabilidade imediata aos processos em andamento e aos termos de ajustamento de conduta ainda em execução.

A propósito, o Decreto da Presidência da República nº 8.235/2014 veio regular a matéria, dispondo expressamente que:

“Art. 12. Os termos de compromissos ou instrumentos similares para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito, firmados sob a vigência da legislação anterior, deverão ser revistos para se adequarem ao disposto na Lei nº12.651, de 2012”.

Assentadas tais premissas, os apelantes têm o direito de adequar as obrigações previstas no TAC (firmado sob a égide do antigo Código Florestal) à Lei nº 12.651/2012.

(...)

Nesse sentido:

“APELAÇÃO CÍVEL - Ação Civil Pública Ambiental - Área de Reserva Legal - Imóvel com menos de um módulo fiscal. 1) Mantida a obrigação de demarcar, instituir e manter área de reserva legal - Inteligência dos arts. 3º, III, e 12 do Novo Código Florestal. 2) Reparação do dano ambiental Obrigação que se mantém – Necessidade contudo de observância do art. 66 da Lei 12.651/2012, que dispõe sobre a recomposição, regeneração natural ou compensação, ficando a análise dos critérios técnicos a cargo do órgão ambiental competente, no momento da apreciação e aprovação do projeto. 3) Pretendida a aplicação dos artigos 67 e 68 da Lei nº 12.651/12 - Possibilidade - Necessidade de aferição do preenchimento dos requisitos pelo órgão ambiental competente Sentença parcialmente reformada” (Ap 3003331-04.2013.8.26.0318, Rel. Eutálio Porto, j. em 10/03/2016).

Nesse cenário, não há prova do descumprimento do TAC nos termos da legislação de regência, o que afasta a mora e a exigibilidade da multa cobrada pelo apelante.

De rigor, portanto, o acolhimento dos embargos e a extinção da execução, nos termos do artigo 803, I, do NCPC (Lei nº 13.105/2015). (TJSP; Apelação Cível 1000251-70.2017.8.26.0627; Relator (a): Paulo Alcides; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente; Foro de Teodoro Sampaio - Vara Única; Data do Julgamento: 04/07/2019; Data de Registro: 04/07/2019) (SÃO PAULO, 2019).

Desse modo, o entendimento do TJSP é no sentido de que o novo estatuto florestal perfaz norma de ordem pública e goza, portanto, de aplicabilidade imediata aos processos em andamento e aos termos de ajustamento de conduta ainda em fase de execução.

Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é divergente do TJSP, pois firmou-se o entendimento no sentido de que o novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, tampouco para reduzir de tal modo e sem as necessárias compensações ambientais o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção.

Nesse sentido, é o trecho da ementa do julgamento do Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1211974/SP pela Segunda Turma do STJ:

IV - Na forma da jurisprudência, "o novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, tampouco para reduzir de tal modo e sem as necessárias compensações ambientais o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção, a ponto de transgredir o limite constitucional intocável e intransponível da 'incumbência' do Estado de garantir a preservação e a restauração dos processos ecológicos essenciais (art. 225, § 1º, I)" (AgRg no REsp 1.434.797/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 17/05/2016, DJe 07/06/2016)" (STJ, AgInt no AgInt no AREsp 850.994/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2016). Ademais, as exceções legais, previstas nos arts. 61-A a 65 do Código Florestal (Lei 12.651/2012), não se aplicam para a pretensão de manutenção de casas de veraneio, como na hipótese. Nesse sentido: STJ, AgInt nos EDcl no REsp 1.447.071/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2017; AgInt nos EDcl no REsp 1.468.747/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/03/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.381.341/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/05/2016.

V - Agravo interno improvido. (STJ, Agravo Interno no AREsp n. 1211974/SP, Relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 17/04/2018, DJe 23/04/2018) (BRASIL, 2018).

Por sua vez o Supremo Tribunal Federal no julgamento realizado em 13/09/2019, do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com agravo n. 1217539/SP, para discussão sobre a aplicação retroativa do novo Código Florestal, o

Pleno do Tribunal, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli, entendeu que não se presta o recurso extraordinário para a análise de matéria infraconstitucional, negando provimento ao agravo regimental, confira-se a ementa:

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Ambiental. Novo código florestal. Aplicação retroativa. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes. 1. Não se presta o recurso extraordinário para a análise de matéria infraconstitucional. 2. Agravo regimental não provido. (STF, Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo n. 1217539, Ministro Presidente Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 13/09/2019, publicado em 09/10/2019) (Brasil, 2019).

No mesmo sentido, foi a recente decisão da Segunda Turma do STF, no julgamento do agravo regimental em recurso extraordinário com agravo, ARE 1203803/SP, julgado em 11/11/2019:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS COM AGRAVOS. INTERPOSIÇÃO EM 15.03.2019. DIREITO AMBIENTAL. RESERVA LEGAL. LEI 4.771/65. TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. PRETENDIDA REVISÃO E APLICABILIDADE DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL. LEI 12.651/2012. ALEGAÇÃO DE ONEROSIDADE EXCESSIVA. ATO JURÍDICO PERFEITO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DO STF. 1. Eventual divergência ao entendimento adotado pelo acórdão recorrido que afastou, no caso dos autos, a revisão de cláusula de termo de compromisso de ajustamento de conduta e o seu cumprimento de acordo com o novo Código Florestal, demandaria a análise de legislação infraconstitucional, além do reexame de fatos e provas, o que inviabiliza o trânsito do apelo extremo, por ser reflexa a alegada afronta à Constituição Federal e em virtude da Súmula 279 do STF. 2. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC. Inaplicável a norma do art. 85, § 11, do CPC, uma vez que não houve fixação de honorários advocatícios na instância de origem. (STF, Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo n. 1177912 Relator Ministro Edson Fachin, Segunda Turma, julgado em 11/11/2019, publicado em 29/11/2019) (BRASIL, 2019).

Desse modo, as decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo que permitiram a adequação dos TACs firmados sob a égide da legislação anterior (Lei 4.771/65) possibilitando a retroatividade das disposições da Lei 12.651/2012, não encontram amparo no entendimento pacificado pelo STJ no sentido de que o novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada.

E como demonstrado, a matéria não encontra guarida no STF, pois refoge à sua competência jurisdicional extraordinária, a teor do art. 102 da Constituição Federal.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho abordou a discussão da aplicabilidade e adequação da Lei 12.651/2012, em especial às APPs e RFL, aos termos de ajustamento de conduta firmados na égide da lei anterior, com a discussão dos institutos do ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI, da CF/1988), com o princípio da vedação do retrocesso ambiental e a própria validade do Decreto 8.235/2014.

A dúvida ficou patente com a edição do Decreto 8.235/2014, em especial, o art. 12 com previsão taxativa da revisão dos termos de compromissos ou instrumentos similares para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às APPs e RFL, firmados sob a vigência da legislação anterior, diferentemente da Lei 12.651/2012 que sequer dispõe sobre a referida revisão, sendo duvidosa a eficácia e validade jurídica do referido decreto.

Como foi explanado, a Lei 12.651/2012 trouxe várias alterações nas regras de uso quanto às Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Florestal Legal, sendo perceptível uma possível fragilização dos níveis de proteção dessas áreas, através de uma análise comparativa com o Código Florestal de 1965, motivo que acarretou o ajuizamento das ações diretas de inconstitucionalidade apontadas no presente trabalho.

Muito embora, o STF tenha reconhecido a constitucionalidade dos diversos artigos da Lei 12.651/2012, ficou mantida a dúvida sobre a possibilidade da revisão judicial dos termos de ajustamento de conduta firmados sob a égide do Código Florestal de 1965, em razão do alcance da Lei 12.651/2012 e o ato jurídico perfeito.

Por outro lado, é patente que o ato jurídico perfeito é um dos corolários do princípio da segurança jurídica, cuja garantia constitucional visa garantir a irretroatividade da lei, no entanto, tal garantia não torna imutável o ato jurídico perfeito, podendo o efeito retroativo da nova lei, em situações excepcionais, atingir fatos pretéritos.

Não obstante, o entendimento do TJSP de que o novo estatuto florestal perfaz norma de ordem pública e goza, portanto, de aplicabilidade imediata aos processos em andamento e aos termos de ajustamento de conduta ainda em fase de execução, essa percepção é divergente com a do STJ, que firmou o entendimento no sentido de que a Lei Florestal 12.651/2012 não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, tampouco para reduzir de

tal modo e sem as necessárias compensações ambientais o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção.

Ademais, o Tribunal Pleno do STF, adotou o entendimento de que a discussão sobre a retroatividade do novo Código Florestal, demandaria a análise de legislação infraconstitucional, procedimento que refoge a competência daquela Corte Suprema (art. 102 da CF/1988).

Desse modo, com fundamento no princípio da vedação do retrocesso ambiental, do ato jurídico perfeito e segundo o entendimento do STJ e STF, apesar das decisões em sentido contrário das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo, conclui-se que não é possível a revisão judicial dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados na vigência do Código Florestal de 1965, para adequação da Reserva Florestal Legal e da Área de Preservação Permanente de propriedades rurais em consonância com a Lei Florestal 12.651/2012.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, Marcelo; VICENTE Paulo. **Direito Administrativo Descomplicado**. 24. ed. - Rio de Janeiro : Forense; São Paulo : MÉTODO, 2016.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.
- AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra. **Tutela Jurídica das Florestas**. In: FARIAS, Talden. TRENNEPOLH, Terence. **Direito Ambiental Brasileiro**. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) - **Colóquio Internacional sobre o Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental - 2012** : Brasília, DF.
- BRASIL. **Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em: 8 mar. 2019.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657.htm>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em 19 mar. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 11 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651.htm>. Acesso em 7 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 8.235, de 5 de maio de 2014**. Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8235.htm>. Acesso em 7 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. DOU de 17/03/2015, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em 20 mai. 2019.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n. 1.211.974 – SP, Ministro Relator: Francisco Falcão, Segunda Turma. Brasília, 17 abr. 2018. Disponível em : <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1700543&num_registro=201702956166&data=20180423&formato=PDF>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4901, Ministro Relator Luiz Fux, Tribunal Pleno. Brasília, 28 fev. 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4961436>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Agravo Regimental em Recurso Extraordinário com Agravo n. 1177912, Ministro Relator Edson Fachin, Segunda Turma, Brasília, 11 nov. 2019. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5595667>>. Acesso em: 3 dez. 2019.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Agravo Regimental em Recurso Extraordinário com Agravo n. 1217539, Ministro Presidente Dias Toffoli, Tribunal Pleno, Brasília, 13 set. 2019. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5718962>>. Acesso em: 3 dez. 2019.

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 3. ed. - Salvador: JusPODIVM, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 30. ed. - São Paulo: Atlas, 2016.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Comentários ao Código Florestal : lei n. 12.651/2012**. 2. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Constitucional**. 21. ed. – São Paulo: Malheiros, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil 1 : esquematizado**. 9. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente**. - 11. ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

PETERS, Edson Luiz; PANASOLO, Alessandro. **Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente: à Luz da Nova Lei Florestal 12.651/12 de Direito Ambiental**. - Curitiba: Juruá, 2014.

PETERS, Edson Luiz; PIRES, Paulo de Tarso de Lara; HEIMANN. **Manual de Direito Ambiental**. - 3. ed. – Curitiba: Juruá, 2015.

NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional**. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**: coordenação Pedro Lenza. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

SÃO PAULO. **Tribunal de Justiça de São Paulo**. Apelação Cível 1000251-70.2017.8.26.0627. Relator: Paulo Alcides. Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente. São Paulo, 4 jul. 2019. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsj/getArquivo.do?cdAcordao=12655936&cdForo=0>>. Acesso em: 6 ago. 2019.

SÃO PAULO. **Ministério Público do Estado de São Paulo**. Aviso PGJ-SP nº 710/2013, de 12 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o advento da Lei nº 12.651/2012 e a necessidade de cumprimento de eventuais acordos judiciais ou extrajudiciais, celebrados sob a égide da Lei nº 4771/65. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/leg_avisos/2013/Aviso-710-13_Irretroatividade_da_Lei.doc>. Acesso em 29 ago. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do Direito Ambiental**. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

SETTE, Marli Teresinha Deon. **Novo Código Florestal: Repercussões na Tutela das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal**. – Curitiba : Juruá Editora, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. – 11. ed. – São Paulo: Malheiros, 2019.

SILVA, Romeu Faria Thomé da. **Manual de Direito Ambiental**. – 6. ed. – Salvador: JusPODIVM, 2016.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. – 17 ed. – São Paulo: Saraiva Educacional, 2019.

SOARES, André Mattos. **Direito Intertemporal e o Novo Processo Civil: Atualidades e Polêmicas**. 2ª. ed. – Curitiba: Juruá, 2015.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: **Lei de Introdução e Parte Geral**. – 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao Estudo do Direito**. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.